



Relatório de Desenvolvimento Humano | Angola 2005





*Dedicado à Memória de*

*Mário Alberto Adauta de Sousa (1955 - 2004)*

*Principal Autor/Editor*

*dos*

*Relatórios de Desenvolvimento Humano  
Nacionais de 1997, 98, 99 e 2005*



Copyright © 2005  
PNUD- Angola  
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.  
Rua Major Kanhangulo, nº 197 - C.P. 910 , Luanda, Angola

Edição: AIP - Angola, Instituto de Pesquisa Económica e Social  
Capa e design: Sérgio Piçarra  
Fotografias: Unicef-Angola e FAS - Fundo de Apoio Social  
Tiragem: 2.000 exemplares

A reprodução de dados constantes neste Relatório é permitida, desde que citada a fonte.



## Agradecimentos

A elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano 2005 contou com a participação de várias pessoas singulares e colectivas.

A edição geral do relatório esteve a cargo do AIP - Angola, Instituto de Pesquisa Económica e Social, sob a responsabilidade do seu Director Executivo, Mário Alberto Adauta de Sousa. A edição adjunta do relatório, em particular, a organização de workshops de discussão temáticas, foi conduzida por Laurinda Hoygaard e apoiada por Jorge Gonçalves, Idalina Valente, Samuel Aço, Ana Paula Godinho, na qualidade de moderadores. A nível de contribuições individuais, há a destacar as contribuições de Imogens Parsons e Camilo Ceita (no Capítulo I - Construindo uma Paz Social em Angola), Gilberto Ribeiro (no Capítulo II - Tendências de Desenvolvimento Humano em Angola, 1990-2003, e Anexo Estatístico), Ndola Prata e Teresa Cohen (Capítulo III - Análise da Despesa Pública), Madalena Ramalho (Investimentos), Mário Adauta, Mia-veta André (Caracterização da Pobreza Rural), Henda Ducados (Género), Fátima Viegas (Religião) e São Neto (Descentralização).

O PNUD encomendou documentos de apoio individuais aos Srs. Reginaldo Silva, Lukombo João Baptista, Jacob M. Pereira e António Martins, que serviram de suporte ao relatório.

O Habitat - Angola, contribuiu para a caracterização da pobreza urbana em Angola. Por outro lado, o escritório local do PNUD participou com um estudo sobre a descentralização e desconcentração administrativa.

Foram recebidos valiosos comentários de Ana Emília (PAR-UCA), Walter Viegas e Raúl Feio, da União Europeia, Fernando Pacheco (ADRA) e Eleutério Freire (MIN-PLAN). A edição ortográfica e estilo de escrita esteve a cargo de Arnaldo Santos, a tradução para inglês do relatório foi de Linda de Souza, as fotografias foram cedidas pelo Unicef-Angola e FAS (Fundo de Apoio Social) e o *design* gráfico e capa de Sérgio Piçarra. De referir o contributo especial do economista principal do PNUD Sr. Bernardo Ouandji, cujo papel foi notável e apreciado.





# Índice

<b>Capítulo 1. Construindo uma paz social em Angola</b>	<b>15</b>
1.1. Introdução	15
História da guerra recente	
Retorno da população	
1.2. Construção da Paz	18
Paz social	
Justiça social	
Justiça económica	
1.3. Papel e conceito de desenvolvimento humano	23
Eliminação de desigualdades no acesso e oportunidades	
Protecção legal de direitos e propriedade	
Desenvolvimento económico e criação de empregos	
Distribuição equitativa de recursos	
1.4. Desenvolvimento humano num contexto de pós-conflito	26
Extensão da presença da administração do estado e serviços públicos	
Construção de capital social	
Reassentamento e reintegração da população civil afectada pelo conflito	
Promoção da cidadania e democracia	
<b>Capítulo 2. Tendências de desenvolvimento humano em Angola 1990-2002</b>	<b>29</b>
2.1 Índice de desenvolvimento humano e pós-conflito	29
2.2. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	30
2.2.1. IDH e PIB per capita	
2.3 Desigualdade e disparidades sociais	33
2.4. Caracterização da pobreza urbana	35
2.4.1 Tendências demográficas recentes	35
2.4.2 Concentração urbana e atracção pela capital do país	36
2.4.3 Evolução do padrão de desigualdade económica e social urbana	38
2.4.4 Urbanização acelerada	40
2.4.5 Perturbações do mercado de trabalho	42
2.4.6. Contínuos ritmos elevados de inflação	44
2.4.7. Programas de combate à pobreza e exclusão urbanas	45
2.4.8. Ruptura das instituições públicas	47
2.5 Contribuição para a caracterização da pobreza rural	48
Conclusão	
<b>Capítulo 3. Análise do Orçamento Geral do Estado (OGE) na óptica da despesa pública</b>	<b>51</b>
3.1. Introdução	51
3.2. Composição do OGE	55
3.3. Nível de realização orçamental	57
3.4. Ritmos de crescimento do OGE	58
3.5. Análise do orçamento da Educação por programas	59
3.5.1. Contribuição relativa por componente de análise e programas	
3.5.2. Taxas de crescimento dos programas	
3.5.3 Principais conclusões	
3.6. Análise do orçamento da Saúde por programas	63
3.6.1. Taxas de crescimento dos programas	
3.6.2. Principais Conclusões	



<b>Capítulo 4. Reflexões sobre algumas questões de desenvolvimento humano</b>	<b>67</b>
4.1 Debates sobre questões sob desenvolvimento	67
4.1.1. Que desenvolvimento humano para Angola? Haverá consenso sobre o paradigma de desenvolvimento humano?	
4.1.2. Em que medida o paradigma actual de provisão de serviços sociais responde às expectativas do cidadão?	72
4.1.3. Financiamento sustentável do desenvolvimento humano	74
4.1.4. Criação de um Pacto Social e Económico de Desenvolvimento	77
4.1.5 A Família, Mulher, Criança e VIH/SIDA	80
4.1.6. Provisão de justiça e Desenvolvimento Humano	84
4.2. As Igrejas e as Religiões em Angola no processo de reconciliação (1975-2002)	87
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>93</b>
<b>Nota sobre as Estatísticas</b>	<b>94</b>
<b>Anexo Estatístico</b>	<b>96</b>
<b>Lista de Caixas</b>	
Caixa 1 - Factores de risco para a paz social	21
Caixa 2 - Da segurança militar à segurança humana	24
Caixa 3 - Ameaças à coesão social e estabilidade: quem ganha e quem perde	28
Caixa 4 - Longevidade no IDH e papel da mortalidade infantil	31
Caixa 5 - E se o produto Interno Bruto (PIB) estiver mal estimado?	52
Caixa 6 - A ajuda pública ao desenvolvimento e o pagamento do serviço da dívida externa	55
Caixa 7 - O que fica para as mulheres angolanas como resultado do conflito?	82
<b>Lista de Gráficos</b>	
Gráfico 1 - Evolução do IDH	31
Gráfico 2 - Evolução das posições relativas do IDH e do PIB per capita	32
Gráfico 3 - Diferencial das posições do PIB per capita e do IDH	33
Gráfico 4 - Evolução dos equilíbrios de oferta e procura de emprego urbano	42
Gráfico 5 - Evolução do Índice de oferta e procura de emprego (1997=100)	42
Gráfico 6 - Evolução do Índice de Preços ao Consumidor - Luanda	45
Gráfico 7 - Contribuição das Classes "Alimentação e bebidas não alcoólicas" e "Transportes" no Índice de Preços ao Consumidor - Luanda	45
Gráfico 8 - Contribuição aprovada de cada Sector para o OGE	55
Gráfico 9 - Pagamento do Serviço da dívida externa	56
Gráfico 10 - Taxas de realização do OGE por sectores	57
Gráfico 11 - Taxa de crescimento do OGE realizado (preços constantes 2000=100)	59
Gráfico 12 - % do OGE Educação atribuído a programas	60
Gráfico 13 - Programas com forte contribuição para o OGE Educação	60
Gráfico 14 - Orçamento per capita da saúde (em US\$), 2000-2003	63
Gráfico 15 - % OGE Programas/OGE - saúde	64
<b>Lista de Tabelas</b>	
Tabela 1 - Evolução dos valores de IDH e PIB per capita e respectivas posições nos relatórios mundiais de desenvolvimento humano	30
Tabela 2 - Indicadores de mortalidade	31
Tabela 3 - Indicadores de malnutrição por áreas de residência de crianças com idade < (5 anos)	32
Tabela 4 - Distribuição da renda segundo o coeficiente de GINI por províncias	33
Tabela 5 - Acesso à educação segundo categorias de rendimentos nos períodos pré e pós independência	33
Tabela 6 - Acesso à educação segundo categorias de rendimentos por áreas de residência	34
Tabela 7 - Acesso à educação segundo categorias de rendimentos por sexo	34
Tabela 8 - Distribuição da incidência da pobreza por municípios de Luanda	37
Tabela 9 - % de crianças que entram na primeira classe e que eventualmente atingem a quinta, sexta e sétima classes	39
Tabela 10 - % de crianças com idade de escola primária que são matriculadas no I nível	39
Tabela 11 - Indicadores de saúde	40
Tabela 12 - % de população que usa fontes de água melhorada, 2001	41
Tabela 13 - % da população que usa meios sanitários para destruição dos dejectos	41
Tabela 14 - Procura e oferta de emprego segundo os centros de emprego	42



Tabela 15 - Estatuto de empregabilidade, Luanda urbana	43
Tabela 16 - % de indivíduos chefes de agregados familiares com alguma profissão ou ofício	43
Tabela 17 - Estatuto de empregabilidade urbana	43
Tabela 18 - Estatuto de empregabilidade e estatuto de pobreza do agregado familiar	44
Tabela 19 - % de crianças (5-14) anos de idade que se encontram a trabalhar, 2001	44
Tabela 20 - Segurança da posse da terra urbana	48
Tabela 21 - Evolução do OGE - período 2000-2003 (preços correntes)	52
Tabela 23 - Cenários de subestimação do PIB e contribuição do sector informal	44
Tabela 24 - Contribuição relativa de cada sector (%)	55
Tabela 25 - Ajuda ao desenvolvimento e pagamento do serviço da dívida externa	55
Tabela 26 - Contribuição relativa autorizada por rubricas orçamentais (preços constantes 2000=100)	56
Tabela 27 - Contribuição relativa autorizada por rubricas orçamentais (preços constantes 2000=100)	57
Tabela 28 - Taxa de realização de cada sector (%)	58
Tabela 29 - Taxa de realização do OGE - período 2000-2003 (preços constantes - base 2000)	58
Tabela 30 - Taxa de crescimento (2000=100)	59
Tabela 31 - Evolução do OGE educação período 2000-2003	59
Tabela 32 - Evolução do OGE educação - período 2000-2003 (preços correntes)	61
Tabela 33 - Evolução do OGE educação - período 2000-2003 (preços constantes 2000=100)	61
Tabela 34 - Evolução do OGE educação - período 2000-2003 (preços correntes) - Contribuição relativa realizada	62
Tabela 35 - Evolução do OGE saúde desdobrado por programas 2000-2003	64
Tabela 36 - Evolução do OGE Saúde desdobrado por programas 2000-2003 (preços correntes) - Contribuição relativa realizada por programas	64
Tabela 37 - Evolução do OGE saúde desdobrado por programas 2000-2003 (preços constantes 2000=100)	65

## Lista de Siglas

AEA	Aliança Evangélica de Angola	NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
AIP	Angola – Instituto de Pesquisa Económica e Social	NU	Nações Unidas
BNA	Banco Nacional de Angola	OGE	Orçamento Geral do Estado
CARE	Care International	ONG	Organizações Não Governamentais
CEAST	Conferência Episcopal de Angola e São Tomé	ONUSIDA	Programa das Nações Unidas de Luta contra o Sida
CEIC – UCAN	Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola	OUA	Organização de Unidade Africana
CICA	Conselho das igrejas Cristãs em Angola	PAM	Programa Alimentar Mundial
COIEPA	Comité Inter – Eclesial para a Paz em Angola	PAR – UCA	Programa de Apoio à Reconstrução
DFID	Department for International Development	PIB	Produto Interno Bruto
DW	Development Workshop	PIP	Programa de Investimentos Públicos
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
FAA	Forças Armadas Angolana	PPC	Paridade de Poder de Compra
FAS	Fundo de Apoio Social	RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
GURN	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional	RDHN	Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional
IDCP	Inquérito sobre a Disposição e Capacidade de Pagamento pelos Serviços Sociais Básicos	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	SCF	Save the Children Fund
IDR	Inquérito aos Agregados Familiares sobre Despesas e Receitas	UAN	Universidade Agostinho Neto
INE	Instituto Nacional de Estatística	UIESA	União das Igrejas do Espírito Santo em Angola
IPC	Índice de Preços no Consumidor	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
IPCVD	Inquérito Prioritário sobre as Condições de Vida nos Domicílios	UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
IPH	Índice de Pobreza Humana		
IRI	Instituto Republicano Internacional		
JIRO	Juventude Informada Responsável e Organizada		
LUPP	Luanda Urban Poverty Program		
MAPESS	Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social		
MDM	Metas de Desenvolvimento do Milénio		
MICS I	Multiple Indicators Clusters Survey I		
MICS II	Multiple Indicators Clusters Survey II		
MINARS	Ministério de Assistência e Reinserção Social		
MINFIN	Ministério das Finanças		
MINPLAN	Ministério do Planeamento		
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola		




## Prefácio

Numa altura em que o silenciar das armas parece ser um facto consumado em Angola, a busca de elementos visando a consolidação da paz e o relançamento do país nos trilhos de um desenvolvimento sustentado é, sem sombra para dúvidas, o próximo grande desafio para a melhoria do bem estar de todos os Angolanos.

Os escritórios do PNUD em Angola, marca com a edição do presente relatório, o reinício da publicação periódica dos Relatórios de Desenvolvimento Humano Nacionais, após um interregno de cerca de 6 anos. Este exercício visa, de uma forma geral, promover o debate em torno das políticas e acções necessárias para acelerar o Desenvolvimento Humano e o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs). A criação de uma comunidade robusta de intelectuais Angolanos, integrando desde funcionários das Nações Unidas, académicos, decisores de política e membros de organizações da sociedade civil, permitirá não só o intercâmbio de ideias mas também a geração de soluções inovadoras para desafios de desenvolvimento complexos.

O processo de elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, dedicado a consolidação do processo de paz, foi organizado de acordo aos 6 princípios corporativos instituídos pelo PNUD em 2001, como forma de velar pela qualidade deste importante instrumento de advocacia. Estes princípios requerem que cada relatório de Desenvolvimento Humano elaborado ao nível nacional, incorpore, entre outros aspectos, uma apropriação nacional, um processo de preparação participativo e inclusivo, conteúdos analisados de forma independente e com um nível de qualidade aceitável, bem como uma apresentação suficientemente criativa e flexível que estimule a leitura e a compreensão do seu conteúdo.

A presente edição, advoga que iniciativas concertadas e integradas contribuem, de forma mais eficaz, para a consolidação da paz e a reconstrução do país. Tomando em consideração que o Desenvolvimento Humano tem a ver, sobretudo, com a expansão da habilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolherem, é fundamental que a sociedade Angolana se reorganize a fim de poder disponibilizar os instrumentos e oportunidades para que todos os Angolanos possam fazer estas escolhas.



Por este facto, o relatório faz uma abordagem mais abrangente do conceito “paz”, examinando, detalhadamente, os factores que concorrem para uma efectiva consolidação da mesma, destacando eventuais riscos e oportunidades neste processo. O relatório identifica, ainda, os vários intervenientes no processo e, de forma desapaixonada, delinea os sacrifícios que eventualmente cada um terá de consentir para que este desiderato seja um facto.

O relatório prossegue com uma avaliação do desempenho do país, em termos de desenvolvimento humano, nos últimos 10-15 anos, constatando uma tendência de clara estagnação, fundamentalmente, nas componentes ligadas à realização do capital humano, nomeadamente, na longevidade (esperança de vida à nascença, incluindo as taxas de mortalidade infanto-juvenil e materna) e no nível de escolarização (taxas de alfabetização de adultos e de escolarização bruta) dos angolanos. Este facto, revela ainda o relatório, é um indicador da existência de graves problemas estruturais de desenvolvimento que o País hoje enfrenta. Este facto vem reiterar uma das conclusões do relatório sobre as Metas de Desenvolvimento do Milénio, publicado em 2003, segundo o qual o desempenho de Angola nestes indicadores está abaixo das médias para a África Sub-Sahariana e para os países de SADC.

A questão do financiamento adequado e sustentado do Desenvolvimento Humano é, também, abordado neste relatório, mediante uma análise de dados sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) na óptica da despesa pública, com maior realce para os sectores da educação e da saúde. Neste capítulo, o relatório constata que num período de 3 anos coberto pela análise, verificou-se uma descontinuidade na alocação de fundos aos programas nestes sectores. Isto é revelador, de uma falta de programação estratégica pluri-anual orientada para os resultados, e explica em parte, a estagnação que se assiste nos principais indicadores ligados ao capital humano. O presente cenário, permite antever fortes possibilidades do país não atingir as MDGs em 2015, apesar dos rendimentos que o estado dispõe actualmente e prevê obter nos próximos anos.

Finalmente, o relatório traz a luz, reflexões de representantes da sociedade civil, que instados a pronunciarem-se sobre várias questões de Desenvolvimento Humano, demonstraram com os seus

depoimentos, quão benéfica pode ser a promoção de um processo participativo de tomada de decisão.



*Pierre François Pirlot*

*Representante Residente do PNUD  
Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas*

A análise e as recomendações políticas deste Relatório não reflectem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O relatório é uma publicação independente promovida pelo PNUD. É o resultado da colaboração de uma equipa multidisciplinar de intelectuais Angolanos. Mario Adata de Sousa, Director Executivo do A-IP (Angola - Instituto de Pesquisa Económica e Social), encabeçou esta equipa.